



## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância  
Comarca de Belo Horizonte / 15ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte  
Avenida Raja Gabaglia, 1753, Luxemburgo, Belo Horizonte - MG - CEP: 30380-900

PROCESSO N°: 5193820-81.2023.8.13.0024

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO: [Interpretação / Revisão de Contrato, Cancelamento de voo, Acidente Aéreo, Interesses ou Direitos Individuais Homogêneos]

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RÉU/RÉ: AUGUSTO JULIO SOARES MADUREIRA e outros (3)

### DECISÃO

1. Defiro o aditamento à petição inicial (ID 10085504053).
2. Na ausência de fato novo, mantenho a decisão de desconsideração da personalidade jurídica proferida contra as empresas requeridas empresas 123 Viagens e Turismo Ltda e Novum Investimentos Participações S/A.
3. Diante do reconhecimento pelas próprias rés da existência de grupo econômico (autos n.º 5194147-26.2023.8.13.0024), estendo o conteúdo da decisão de desconsideração da personalidade jurídica às demais empresas do grupo, ART VIAGENS E TURISMO LTDA, MM TURISMO & VIAGENS S.A., LANCE HOTÉIS LTDA e AMRM HOLDING LTDA, para incluir também a sócia TÂNIA SILVA SANTOS MADUREIRA no polo passivo desta ação.
4. Considerando que as próprias rés informaram nos autos da ação de recuperação judicial (autos n.º 5194147-26.2023.8.13.0024) que o valor dos débitos quirografários de todas as empresas do grupo econômico são de, aproximadamente, R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), defiro o pedido de aumento do limite do arresto para esse valor.
5. Indefiro o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa CAELI PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA, diante da ausência de provas de que essa empresa pertence ao grupo econômico formado pelas demais rés. O fato dela supostamente ter recebido verbas de publicidade e propaganda das demais rés, por si só, não é suficiente para se concluir que elas integram um mesmo grupo econômico.

6. Indefiro os pedidos cominatórios para que as rés divulguem a existência do processo de recuperação judicial e se abstenham de realizar novas promoções flexíveis, por considerar que essas medidas podem, em tese, prejudicar o processo de recuperação judicial dessas empresas.

8. Considerando que as instituições financeiras não são parte neste processo, não há como obrigá-las cessar a cobrança de parcelas vincendas dos consumidores em casos de contratos não cumpridos, motivo pelo qual indefiro esse pedido.

P. Citem-se e intmem-se para a audiência de tentativa de conciliação, devendo a secretaria proceder ao seu agendamento junto ao CEJUSC (art. 334 do CPC).

Proceda-se a secretaria à inclusão das novas rés no polo passivo da presente ação, bem como nos atos de constrição judicial já determinados.

Oficie-se à Central de Pesquisa Patrimonial.

Belo Horizonte, data da assinatura eletrônica.

EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA RAMIRO

Juiz(íza) de Direito

15ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte

Assinado eletronicamente por: EDUARDO HENRIQUE DE OLIVEIRA  
RAMIRO

10/10/2023 17:47:14

[https://pje-consulta-](https://pje-consulta-publica.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)

[publica.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam](https://pje-consulta-publica.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam)

ID do documento:



23101017471465800010084387774

IMPRIMIR

GERAR PDF